

**AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE A EUROPA OCIDENTAL,
O REINO ARMÊNIO DA CILÍCIA E OS ESTADOS
FRANCOS DO ORIENTE**

*Lincoln Etchebéhère Júnior**
Thiago Pereira de Sousa Lepinski**
Ingrid Hotte Ambrogi***

Resumo: O texto apresenta a trajetória comercial entre a Europa Ocidental, o Reino Cristão-Armênio da Cilícia e os Estados francos do Oriente. Descortina – através de revisão bibliográfica de obras raras, tais como as de Poujade, Solini, Thomazi – de que maneira o Reino Cristão-Armênio auxiliou os cruzados em uma troca de forças benéficas para ambos, sendo que essas trocas comerciais e políticas geraram a incorporação de hábitos culturais entre francos e armênios.

Unitermos: Reino Armênio, Estados Francos, Relações Comerciais.

Abstract: The text presents the trade trajectory between Western Europe, the Christian Armenian Kingdom of Cilicia, and the free States of the East. Reveals – through bibliographic literature review of rare works, such as those of Poujade, Solini, Thomazi – how the Christian-Armenian Kingdom assisted the crusaders in an exchange of beneficial forces for both, and these commercial and political exchanges led to the incorporation of cultural habits between Franks and Armenians.

Keywords: Armenian Kingdom, Frank States, Commercial Relations.

** Professor-Doutor em História, USP. Membro do IHGSP, docente aposentado da UNESP Franca.

** Bacharel em Direito, USP.

*** Doutora em História Social, USP - Docente do Programa de Pós-Graduação EAHC da Univers. Presbiteriana Mackenzie. E-mail: ihambrogi@gmail.com.

Resumen: el artículo presenta la trayectoria comercial entre Europa Occidental, el Reino Cristiano Armenio de Cilicia y los Estados francos del Oriente. Revela, a través de la revisión bibliográfica de obras raras, tales como POUJADE, SOLINI, THOMAZI, de que manera el Reino Cristiano Armenio auxilió a los cruzados por medio de un intercambio de fuerzas benéfico para ambos, siendo que ese intercambio comercial y político generó la incorporación de hábitos culturales entre francos y armenios.

Palabras clave: Reino Armenio, Estados Francos, Relaciones Comerciales

Introdução

O surgimento do Reino Armênio-Cristão da Cilícia (1075), situado na península da Anatólia, foi de grande importância para o estabelecimento de trocas na região. A criação destes Estados, primeira colonização europeia militar e econômica, deu-se em terras sírio-palestinas e foi vital para a existência daquele reino por três séculos, pois houve um auxílio mútuo entre armênios e francos. Tal realidade foi responsável pelo aumento do intercâmbio político, comercial, cultural e religioso entre o Ocidente e o Oriente, evitando-se assim o isolamento dos armênios no mundo islâmico.

A influência europeia fez-se notar ao incutir hábitos nos povos que estavam sob o domínio político dos francos, particularmente o afrancesamento das instituições armênias. Porém, os francos adaptaram-se ao Oriente, tornando-o sua nova pátria, porquanto conviviam em relativa harmonia com cristãos orientais e muçulmanos.

A chegada dos francos e o surgimento do Reino da Cilícia – e conseqüentemente as reações bizantina e islâmica – não abalaram a vida comercial da região, uma vez que os portos sírios e Alexandria do Egito continuaram a monopolizar o comércio entre o Oriente e o Ocidente. Estes portos eram o término das caravanas procedentes da Mesopotâmia, Ásia Central, Índia e China desde a Antiguidade.

As caravanas com especiarias, seda, perfumes, pérolas, enfim, com produtos orientais passavam por rotas terrestres, entre elas a *Rota da Seda*; e as frotas que navegavam pelo oceano Índico, golfo Pérsico, península Arábica desde tempos imemoriais, portanto, conhecidas dos mercadores, continuavam com seus navios, assim como as caravanas, a mercadejar independentemente do poder político, visto que usufruíam grandes lucros nessas transações e os impostos cobrados

As relações comerciais entre a Europa Ocidental, o reino armênio da Cilícia e os Estados francos do Oriente LINCOLN JÚNIOR, Etchebéhère Júnior; LEPINSKI, Thiago Pereira de Sousa; Ambrogi, Ingrid Hotte

pelos governantes eram sempre bem-vindos ao tesouro.

O surgimento do Reino cristão-armênio da Cilícia e o dos Estados latinos ou francos foi responsável pelo desenvolvimento marítimo dos europeus, sendo que as ligações internacionais tornaram-se imprescindíveis à existência desses Estados e concorreram para a quebra da supremacia islâmica no Mediterrâneo, ocasionando, concomitantemente, a perda do seu monopólio comercial.

As relações comerciais tornaram-se mais dinâmicas por haver uma diáspora armênia que se alastrava pelos Estados latinos, mundo islâmico, Ásia Central, China e Índia, intermediando os produtos oriundos destas regiões. Essa diáspora relacionava-se com os mercadores nestorianos, habitantes de diversas cidades da *Rota da Seda*, chegando mesmo a penetrar no Império chinês. Essa rota era também usada por mercadores muçulmanos, que introduziram o islamismo¹ na China, como já o fizeram os mercadores nestorianos ao introduzirem ali o cristianismo.

A reação muçulmana contra a colonização franca e o surgimento do Reino da Cilícia foi grande e imediata, cessando, temporariamente, as dissensões entre sunitas e xiitas, no intuito de lutar contra um inimigo comum.

Vários foram os fatores que concorreram para a vitória do Islã e o desaparecimento dos Estados cristãos, como as disputas entre os Estados cristãos do Oriente e as divergências intestinas; as querelas entre as Igrejas; a falta de apoio militar do Ocidente e do Império bizantino; o surgimento dos mongóis e turcos, procedentes da Ásia Central, além da precariedade da ciência médica da época.

Entretanto, tais fatos não ocasionaram o fim do comércio entre os mercadores italianos e o Oriente; apenas o grande centro comercial fixou-se em Alexandria, em poder dos mamelucos do Egito.

Portanto, o monopólio dos produtos orientais continuou em mãos de mercadores italianos e árabes, numa relação comercial que findou em 1498 com a chegada dos portugueses à Índia. Vasco da Gama, ao aportar no Oriente, ocasionou paulatinamente a perda da supremacia dos mercadores italianos, substituídos pelos portugueses, holandeses, ingleses e franceses. Tais mercadores passaram a usar a rota do Atlântico para atingir o Oriente, e o mar Mediterrâneo perdeu a sua supremacia comercial, que mantinha desde a Antiguidade, para o oceano Atlântico.

¹ O islamismo é praticado por 18.360.000 chineses, correspondendo a 1,4% da sua população. In: *Le religioni nel mondo*, In Instituto Geografico de Agostini, p.178.

As relações comerciais entre Oriente e Ocidente na Antiguidade e no Medievo

Desde a Antiguidade, o mar Mediterrâneo era conhecido pelos diferentes povos que habitavam seu litoral, sobressaindo cretenses, gregos e fenícios entre os orientais, e romanos entre os ocidentais. Por conseguinte, estabelecia-se uma via comercial entre o Ocidente e o Oriente.

Alexandre Magno, após conquistar o Império persa, rumou em direção à Índia, e em seu percurso fundou várias Alexandrias, centros de helenização, na verdade, centros comerciais. Nearcos, sob as ordens de Alexandre, navegou pelo rio Indus, atingiu sua foz no oceano Índico (325 a.C.), e navegando nele chegou ao golfo Pérsico e fundou outra Alexandria, atual Bássorah (TOUSSAINT, 1961, pp.29-31).

Esse acontecimento foi responsável pelo início da navegação no Índico por europeus. Embarcações longas da Grécia clássica foram espalhadas pelas diversas regiões da Índia, Birmânia (Myanmar) e Malásia. A influência grega fez-se sentir em diferentes campos (por exemplo, as imagens de *Buda Apolo*), e depois de invadir a Índia chegou à Birmânia, ao Sião, ao Cambodja, à China e ao Japão (idem, p.32). Os gregos descobriram as marés, a monção e as baleias (POUJADE, 1946, p.69). Deve-se também aos gregos a descoberta do atual Sri Lanka, antigo Ceilão, e torná-lo conhecido pelos europeus. Solini refere-se aos habitantes da ilha, diz que seus elefantes eram maiores do que os elefantes indianos, descreve sua flora e sua fauna (SOLINI, 1847, pp.333-342).

Os reinos helênicos, surgidos após a conquista de Alexandre e sua morte (século IV a.C.), incentivaram as relações entre orientais e ocidentais, quer por via terrestre quer por via marítima.

Os Estados helênicos do Oriente, Reinos: Lágida, Selêucida, Atálida e os Reinos bactrianos da Ásia Central, no dizer de Lévêque, “não se limitaram à troca de produtos de luxo nem às lições de arte grega. Instaura-se um melhor conhecimento dos dois mundos. É certo que estes contatos não são novos. Certos elementos orientais do pitagorismo podem ser indianos” (LÉVÊQUE, 1987, p.216).

Alexandria do Egito tornou-se o grande centro do comércio internacional da Antiguidade por vias marítima e terrestre, sendo abastecida com os mais diferentes artigos, e nesta atividade sobressaíram os intermediários.

Entretanto, os gregos atingiram diretamente a Índia e através dela chegaram também os produtos da China e da Ásia Central. Moedas de ouro, prata e cobre

foram cunhadas para atender a esse comércio, desfavorável ao Ocidente, onde uma rede bancária surgiu com “seus clientes, e as letras, o cheque e talvez a transferência tornaram-se prática corrente” (idem, 1987, p.72). Alexandria transformou-se numa cidade cosmopolita; na época helenística possuía mais de um milhão de habitantes e, segundo Lévêque, “com a vida animada, barulhenta, frenética. As perturbações de Alexandria cantada pelos poetas vão servir de modelo aos satíricos que evocarão as de Roma e depois as de Paris. Praticam-se todos os prazeres, mesmo os menos inocentes. Afrodite está ali como em casa, diz Herondas... O povo é turbulento”... (idem, 1987, p.68).

No ano 30 a.C. os romanos conquistaram o Egito e tornaram-se senhores de *Alexandria ad Aegyptum* (Alexandria ao pé do Egito), que continuou sendo um grande centro comercial e cultural, uma cidade totalmente helenizada.

Os romanos deram grande impulso às atividades marítimas em direção ao Oriente. As principais fontes para a historiografia marítima romana foram: Estrabão, no reinado de Otávio Augusto; Plínio, o Velho, no reinado de Nero; e Vespasiano e uma obra de autor desconhecido, o *Périplo do Mar Eritreu*, no primeiro século da Era Cristã. Nesse período Alexandria tornou-se também um dos grandes centros do cristianismo, juntamente com Jerusalém, Antioquia da Síria e Roma.

No comércio com a Índia, via marítima, Muziris era o seu principal porto, de onde provinham especiarias, perfumes, marfim, pérolas, pedras preciosas, musselinas, unguentos, conchas, etc. O Ocidente pouco tinha a oferecer ao Oriente, portanto, havia um afluxo de moedas romanas, particularmente o *Aureus*, moeda de ouro cunhada a partir de Augusto, encontrada em território indiano, inclusive no Ceilão.

O comércio era igualmente realizado por via terrestre, apesar das constantes guerras entre romanos e persas, pois tais transações contribuía para suas alfândegas e seus mercadores. Os antigos reinos bactrianos da Ásia Menor comunicavam-se com a Índia e a China através da *Rota da Seda*, e os produtos aportavam no Mediterrâneo. Assim, o Oriente e o Ocidente estavam interligados a partir de Alexandre Magno, e foram estes meios de comunicação que auxiliaram na expansão do helenismo e do cristianismo tanto em direção ao Ocidente como ao Oriente, chegando mesmo à China.

A divisão do Império Romano (395 a.D.) em Império Romano do Ocidente e Império Romano do Oriente ou Bizantino, malgrado as suas conturbações políticas internas e guerras sucessivas com outros povos, não ocasionou o desaparecimento do intercâmbio entre o Oriente e o Ocidente.

A marinha bizantina, herdeira dos gregos e romanos, contava com galeras de até 40 metros, possuindo um ou dois mastros e velas latinas, isto é, em forma triangular, portanto, mais maleáveis. Estas galeras serviam tanto para as guerras como para o comércio (THOMAZI, 1947, pp.33-34).

O surgimento do islamismo (século VII), entretanto, criou uma barreira nessas relações, pois os árabes passaram a monopolizar os portos para onde rumavam as seculares caravanas e frotas com produtos a ser consumidos pelos europeus.

Maomé, fundador do islamismo, faleceu em 632 (Hégira), e a partir desta data iniciou-se a grande expansão do Islã, dirigida inicialmente em direção ao Império persa e ao Império bizantino, cujas ricas províncias da Síria e do Egito foram anexadas ao mundo muçulmano. O expansionismo islâmico atingiu o norte da Índia, África Mediterrânea e península Ibérica (711), e tal expansão era movida também por carácter religioso, isto é, visava a difundir a fé do profeta Maomé. Mercadores muçulmanos constituíram comunidades islâmicas entre os chins, procedimento semelhante ao dos mercadores nestorianos, que constituíram comunidades cristãs entre mongóis e chineses.

Os árabes, favorecidos por sua expansão, passaram a monopolizar o comércio do Oriente Próximo, Ásia Central, Índia e Extremo Oriente, em cujos portos eram abastecidos os navios bizantinos e italianos de produtos orientais, sobretudo as especiarias graças às suas funções medicinais.

No mundo islâmico os cristãos, pertencentes às Igrejas orientais, constituíram comunidades, e entre elas estava a comunidade dos armênios, os quais se distinguiram como artífices e mercadores.

O Reino Armênio da Cilícia

A região da Cilícia sempre foi disputada por diferentes povos: gregos, romanos, persas, bizantinos e árabes, devido à sua posição geográfica e econômica. Os gregos, um milênio antes da Era Cristã, começaram a colonizar a região e até as invasões árabes (século VII), gregos, assírios e judeus compunham a maior parte da população da Cilícia, então uma província do Império bizantino. No século X, ela foi reconquistada pelos bizantinos e estes tinham interesse em repovoá-la com uma população cristã.

A Cilícia passou a receber imigrantes armênios, os quais fugiam das invasões de turcos e mongóis que assolavam sua terra. Até o século X a população armênia na Cilícia era minoria. Contudo, a queda de Ani (1064), então capital da Armênia,

As relações comerciais entre a Europa Ocidental, o reino armênio da Cilícia e os Estados francos do Oriente LINCOLN JÚNIOR, Etchebéhère Júnior; LEPINSKI, Thiago Pereira de Sousa; Ambrogi, Ingrid Hotte

aumentou a imigração, passando a constituir 60% da população naquela região, que era de um milhão de habitantes. O aumento populacional dos armênios na Cilícia deveu-se também aos que habitavam a Capadócia, Mesopotâmia e Síria, que pouco a pouco se transferiram para aquela região em busca de maior segurança.

A conquista da Armênia pelos turcos (1064-1071) ocasionou a vinda de nobres, militares e seus familiares, agregados que se estabeleceram na Cilícia, esperando perpetuar suas tradições e sua liberdade. Militares armênios passaram a proteger as passagens contra os ataques dos invasores e alguns senhores armênios conseguiram gozar de certa autonomia.

Entre os nobres feudais estavam as Casas Rubeniana e Hetumiana, que disputaram o poder no futuro Reino Armênio da Cilícia e firmaram acordos com os cruzados depois da primeira Cruzada (1096-1099). Os armênios, a partir de meados do século XI, começaram a firmar-se na Cilícia; Ruben então se impôs aos outros nobres e fez da cidade de Sis a capital de seu principado autônomo, que foi reconhecido pelos demais cantões armênios. Os sucessores de Ruben, desde Constantino I (1092-1100), consolidaram o domínio político da região, e assim a Casa Rubeniana fundou o Estado da Cilícia.

Circunstâncias externas também favoreceram o surgimento do Reino Armênio da Cilícia, visto que o Império bizantino estava em disputas com o Ocidente latino, que ameaçava sua hegemonia; o Império árabe estava em luta desvantajosa com os seldjúcidas, e assim, estes dois grandes impérios não poderiam sufocar o surgimento de uma nova nação. A chegada das Cruzadas, oriundas do Ocidente, foi de grande auxílio para consolidar o Reino Armênio da Cilícia. Os armênios, a partir da primeira Cruzada, aliaram-se aos recém-chegados, portanto, houve um apoio mútuo, pois ambos tinham um inimigo comum: o mundo islamizado ao seu redor (ARTZROUNI, 1976, pp.227-228; SAPSEZIAN, 1988, pp.51-52; BOURNOUTIAN, 2003, pp.98-99; GROUSSET, 1965, p.86).

O Reino Armênio da Cilícia (1075-1375) situava-se na península da Anatólia, extensa planície banhada pelo mar Mediterrâneo, cercada pelas montanhas do Tauro a noroeste, o Antitauro a nordeste e o Amanus a leste, numa área coberta de bosques que forneciam madeira para suas construções, particularmente seus navios. Sua geografia proporcionava defesa aos seus habitantes devido às estreitas passagens entre as montanhas, permitindo que se defendessem com facilidade dos invasores.

Tratava-se de região costeira com rios navegáveis, ponto de encontro entre a Ásia, África e Europa, ocupando uma área de 40.000 quilômetros quadrados, com

vales e planícies férteis que produziam algodão, e arroz, trigo e outros cereais, bem como toda espécie de frutas, em especial as várias qualidades de uva e duas colheitas anuais de azeitonas. Havia prados para o pastoreio do gado e a região montanhosa tinha abundância de ricas minas de cobre, chumbo, ferro e outros minérios (ARTZROUNI, 1976, pp.225, 227; BOURNOUTIAN, 2003, p.98).

A situação privilegiada do Reino da Cilícia favoreceu grandemente seu desenvolvimento econômico, pois todas as dinastias reinantes: Rubeniana, Hetuniana, de origem armênia, como os Lusignan, e de origem francesa estavam ligadas ao comércio com o Oriente asiático e o Ocidente europeu. Cresceu tal comércio com o surgimento dos Estados latinos no Oriente Próximo e assim tornou-se a Cilícia um reino “que teve o brilhante mérito de preservar e prolongar a identidade e a soberania nacionais durante o período de trezentos anos que se seguiu à débâcle da Armênia Maior” (SAPSEZIAN, 1988, p.51).

Num período de trezentos anos o Reino Armênio da Cilícia foi ponto de união entre o Oriente e o Ocidente nos campos econômico, cultural e religioso, juntamente com os Estados latinos ou francos. Seu desaparecimento ocasionou a fuga de sua nobreza para Bizâncio, Armênia e Georgia; seus comerciantes emigraram para a França, Holanda, Itália e Polônia, e ela tornou-se parte do Império Otomano. Todavia sua existência, ao lado dos Estados francos, foi responsável pelo incremento do intercâmbio entre a Europa Ocidental e o Oriente, e nele se destacaram os mercadores italianos, cujo idioma tornou-se a segunda língua comercial naquele reino.

Os Estados latinos no Oriente Próximo

Os árabes, após dominarem o norte da África e parte da península Ibérica, imperavam com suas embarcações no mar Mediterrâneo e pilhavam o Sul da Europa, inclusive as repúblicas italianas. Gênova foi pilhada em 935, e genoveses e pisanos reagindo contra tal situação, reconquistaram a Sardenha. Os pisanos desembarcaram na Argélia, e juntamente com os genoveses atingiram a Tunísia, e incentivados pelo papa Vítor III, libertaram os prisioneiros cristãos (1035).

A reação da cristandade não se fazia apenas no campo marítimo, mas também na península Ibérica surgia a reconquista, cujo objetivo era expulsar os árabes daquela região. Nesse contexto apareceu a ideia das Cruzadas para libertar os Santos Lugares do Oriente das mãos dos muçulmanos. “Com Urbano II, a cristandade respondeu ao Islã com uma Guerra Santa geral. Sob este aspecto, a cruzada opõe-se e iguala-se ao djihad; pode-se dizer que a cruzada é uma contra-djihad” (GROUSSET, 1965, p.22).

As relações comerciais entre a Europa Ocidental, o reino armênio da Cilícia e os Estados francos do Oriente LINCOLN JÚNIOR, Etchebéhère Júnior; LEPINSKI, Thiago Pereira de Sousa; Ambrogi, Ingrid Hotte

No cruzadismo os francos tiveram papel relevante, e assim surgiram os Estados latinos ou francos no Oriente: Reino de Jerusalém, Condado de Trípoli, Principado de Antioquia, Principado ou Condado de Edessa. Estes Estados, com o Reino da Cilícia e os mercadores italianos foram responsáveis pelo desenvolvimento comercial no mar Mediterrâneo.

As rotas comerciais da África, Ásia e Europa, que rumavam para os portos da Síria e Palestina, foram conquistadas pelos cruzados com auxílio dos mercadores italianos. Simultaneamente, os portos da Cilícia, Alexandria do Egito, Constantinopla e Trebizonda, situada no mar Negro, recebiam as mercadorias da Ásia Central, Índia, Extremo Oriente e Mesopotâmia, que também abasteciam os navios europeus, que as transportavam para o Ocidente, crescendo assim um intercâmbio comercial e cultural. O Mediterrâneo deixou de ser um mar arábico e houve um renascimento marítimo europeu.

Os armênios não habitavam apenas o Reino da Cilícia: desde épocas remotas se estabeleceram nos Impérios persa e bizantino, chegando mesmo a atingir a Ásia Central. A expansão muçulmana, a partir do século VII, conquistando o antigo Império persa e parte do bizantino, encontrou nesses territórios uma população armênia. Esta população era constituída de bons lavradores, artífices e principalmente mercadores. Runciman afirma que os judeus nos negócios “não eram mais astutos do que os gregos e armênios” (RUNCIMAN, 1961, p.143). Conforme o autor, os armênios da diáspora, como os da Cilícia, uniram-se aos francos porque estes eram seus irmãos de fé e aliados políticos, entretanto, procuravam manter a “armenidade” e paralelamente um *modus vivendi* na diáspora.

O estabelecimento dos francos no Oriente Próximo deu origem a um *modus vivendi* entre cristãos latinos e orientais, juntamente com muçulmanos e judeus – uma verdadeira simbiose entre os lavradores e mercadores muçulmanos – havendo um mínimo de tolerância religiosa. Os *potros*, termo pejorativo para designar os colonos francos do Oriente, adaptados à vida oriental e aos vizinhos, escandalizavam os peregrinos recém-chegados do Ocidente, tal a sua adaptação. Entretanto, para os *potros*, os peregrinos e os cruzados posteriormente chegados eram considerados fanáticos.

Sem o Concílio de Clermont (1095) não haveria Cruzadas, e conseqüentemente, a fundação de colônias francas na Síria, surgindo deste modo a primeira *colonização* europeia. Os Estados francos e o Reino Armênio da Cilícia mantiveram um intenso comércio entre o Oriente e o Ocidente, e pode-se afirmar, com Grousset, “que a existência dos Estados latinos será uma luta entre a ideia de cruzada e a colonização” (GROUSSET, 1965, pp.24-26).

A primeira Cruzada (1096), ao atingir a Anatólia, entrou em contato com os armênios da Cilícia, e estes tornaram-se indispensáveis para os francos atingirem Jerusalém, e os francos tornaram-se indispensáveis aos armênios para manter a sua independência em relação ao Império bizantino e ao Islã.

Os cruzados, após um cerco de mais de sete meses tomaram Antioquia da Síria (1098), surgindo assim o Principado de Antioquia, que existiu de 1098 a 1268. Balduíno de Bolonha, atendendo a uma solicitação do príncipe armênio Thoros de Edessa ou Urfa, rumou na direção daquela cidade para lutar contra os turcos. Thoros foi morto em um motim e Balduíno tornou-se senhor de Edessa, fundando o Condado franco-armênio de Edessa auxiliado pela nobreza armênia local. Balduíno desposou uma princesa armênia e surgiram outros casamentos mistos. O Principado de Edessa duraria de 1098 a 1144, interditando aos turcos as rotas de Antioquia e Jerusalém.

Os cruzados, chefiados por Godofredo de Bulhões e Raimundo de Saint-Gilles, rumaram em direção ao sul e Jerusalém foi tomada em 15 de julho de 1099. A tomada de Jerusalém foi um massacre. Nas palavras de Grousset: “a sorte dos muçulmanos de Jerusalém fez com que as cidades da costa palestina, ainda em poder dos egípcios, abandonassem qualquer ideia de rendição” (GROUSSET, 1965, p.33).

Tal atitude dificultou a conquista dessas cidades, levando mais de vinte anos de ferrenhas lutas para deter os egípcios, com a construção de castelos fortificados nas cidades da costa, auxiliados pelas frotas italianas. Caíram assim: Ascalon, São João de Acre (1104), Sídon e Beirute (1110), e Tiro (1124). Balduíno I serviu-se das frotas que ali estavam ocasionalmente para atacar por terra; a esquadra genovesa auxiliou-o a tomar São João de Acre; as esquadras genovesa e pisana, a tomar Beirute; a esquadra norueguesa do rei Sigurd e a esquadra veneziana do Doge Ordelafo Falier, a tomar Sídon.

Balduíno chegou com suas tropas até o mar Vermelho e ocupou a região desértica. O mundo muçulmano estava agora dividido e os francos passaram a controlar o comércio das caravanas entre o Cairo, na África, e Damasco e Bagdad, na Ásia (HEERS, 1974, pp.164-165; GROUSSET, 1965, p.37). Tais localidades eram importantíssimas para o comércio entre os Estados latinos e o Ocidente, pois a afluência de esquadras de diversos Estados europeus se fazia presente.

O Condado de Trípoli, surgido em 1109, foi doado a Raimundo de Saint-Gilles, conde de Tolosa, que com a ajuda de uma frota genovesa tomou Tortosa e Biblos. Mas Trípoli, atual *al-Mina*, caiu em 1105, quando Raimundo de Saint-Gilles já

As relações comerciais entre a Europa Ocidental, o reino armênio da Cilícia e os Estados francos do Oriente LINCOLN JÚNIOR, Etchebéhère Júnior; LEPINSKI, Thiago Pereira de Sousa; Ambrogi, Ingrid Hotte

havia falecido. Lutas internas pela sucessão no Condado de Trípoli foram responsáveis pela sua anexação ao Principado de Antioquia (GROUSSET, 1965, pp.37, 41; HEERS, 1974, p.164).

Os francos constituíram a classe dirigente dos novos Estados e a sua chegada ocasionou o êxodo da população muçulmana. O rei Balduíno, para povoar seu reino, chamou os cristãos orientais: gregos e siríacos que habitavam o Império muçulmano. Pode-se afirmar que tal imigração foi grande porque “assegurou o futuro agrícola e comercial do reino” (GROUSSET, 1965, p.41).

O surgimento dos Estados latinos no Oriente foi a causa do restabelecimento da rota marítima do Mediterrâneo, a qual tinha reservado à Cilícia um importante papel (ARTZROUNI, 1976, p.231).

Os armênios foram de grande valia para os cruzados, entretanto, estes

significaram muito para o desenvolvimento e consolidação da Nova Armênia em meio a um mundo quase inteiramente islamizado. Os chamados Estados latinos que os cruzados estabeleceram na região propiciaram certa segurança ao incipiente país e livraram-no do isolamento, relacionando-o com o Ocidente nos planos econômico, cultural e religioso (SAPSEZIAN, 1988, p.52).

Os Estados latinos do Oriente e o Reino Armênio da Cilícia tiveram de enfrentar inimigos comuns: o Império bizantino, desejoso de retomar a sua antiga província da Cilícia e a região de Antioquia, pois os chefes da primeira Cruzada, não obstante jurarem fidelidade ao imperador bizantino Aleixo Comeno e terem prometido devolver-lhe o território em poder dos muçulmanos, não o fizeram; e os armênios, ao constituírem seu novo Estado na província bizantina da Cilícia, não prestaram vassalagem a Bizâncio; o Império muçulmano, querendo reconquistar as regiões em poder dos cruzados e dos armênios (DIEHL, 1961, p.172); e os novos conquistadores, oriundos da Ásia Central, que saqueavam o Oriente Próximo.

Portanto, cruzados e armênios tinham inimigos comuns, favorecendo assim a união entre os Estados latinos e o Reino Armênio da Cilícia. Os armênios auxiliavam os cruzados com tropas e alimentos, e assim puderam expulsar os bizantinos e ocupar a Baixa Cilícia-Antioquia.

Porém, a política interna desses Estados, em seus mais diferentes aspectos, foi responsável pelo seu declínio. Ocorreu também a divisão da cristandade entre latinos, bizantinos, armênios e nestorianos, que ocasionou alianças com muçulmanos e mongóis, conforme interesses momentâneos dos Estados cristãos do Orien-

te, enfraquecendo-os. Esse fenômeno também foi constatado entre os muçulmanos, divididos em xiitas e sunitas, que lutavam entre si e faziam alianças com os cristãos.

Os mongóis – com parte convertida ao nestorianismo – poderiam auxiliar a cristandade oriental contra os muçulmanos, mas as objeções contra eles feitas pela Igreja latina, e sua posterior conversão ao islamismo, enfraqueceu ainda mais os Estados latinos e o Reino Armênio da Cilícia.

Outro fator importante no fracasso das Cruzadas foi a “insuficiência da ciência médica da época. (...) os cruzados encontraram pela frente um inimigo mais forte, mais poderoso do que os infiéis: a doença, a peste, a disenteria, o escorbuto”, conforme afirma Albert Colnat em sua obra *Les Épidémies et la Histoire*, Paris, 1937 (apud LOPES, 1970, p.171).

Os mercadores italianos, em troca do auxílio prestado aos cruzados e aos armênios da Cilícia, conseguiram privilégios no Oriente cristão, onde estabeleceram suas feitorias – locais de intercâmbio comercial e cultural entre o Oriente e o Ocidente.

Os mercadores italianos no Oriente medieval

Os mercadores italianos, antes do estabelecimento dos francos no Oriente, já comercializavam com os muçulmanos e com Constantinopla, com vantagens comerciais. O progresso comercial internacional nessa época deveu-se às iniciativas dos negociantes, uma vez que os poderes públicos não participavam do empreendimento, só protegiam os mercadores em função do fisco. Os italianos, iniciadores do comércio internacional na Europa, tiveram sua aprendizagem com os bizantinos, que haviam guardado a tradição dos gregos e romanos, e muçulmanos. Foram eles os criadores das sociedades comerciais, do crédito, os restauradores da moeda, espalhando seus métodos pela Europa.

As moedas ressurgiram na Itália: em Florença, o *florim* (1252); em Gênova e logo depois em Veneza (1284), com o *ducado zecchino*², réplica do florim, cujas moedas de ouro eram o reflexo do seu progresso econômico (PIRENNE, 1968, pp.122, 165-166).

Mas com o surgimento da primeira Cruzada (1096) e do Reino Armênio da Cilícia, os mercadores italianos, em sua expansão comercial, passaram a desejar uma

² Vasco da Gama, ao chegar a Calicute (1498), testemunhou como uso comum as moedas egípcias e venezianas (Howe, *Sea Road to the Indies*, p.141, in: WATKINS, Ronald J. *Como Vasco da Gama abriu caminho para o Oriente*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p.279).

As relações comerciais entre a Europa Ocidental, o reino armênio da Cilícia e os Estados francos do Oriente LINCOLN JÚNIOR, Etchebéhère Júnior; LEPINSKI, Thiago Pereira de Sousa; Ambrogi, Ingrid Hotte

aliança com os futuros Estados franco e armênio. Esta Cruzada chegou ao Oriente através de via terrestre, o que foi extremamente fatigante. Entretanto, alguns flamengos já pensavam em atingir o Oriente por via marítima (THOMAZI, 1947, p.35).

Os primeiros cruzados, porém, serviram-se de carpinteiros genoveses nos cercos de Antioquia, de Jerusalém e de outras cidades litorâneas (HEERS, 1974, p.170). Os genoveses ajudaram na tomada de Acre (1104), de Giblet (1104) e de Trípoli (1109); os genoveses e pisanos, na tomada de Beirute (1110), e os venezianos, na tomada de Sídón (1110) e Tiro (1124). Portanto, sem a ajuda das repúblicas italianas não poderiam os cruzados tomar os portos sírio-palestinos (GROUSSET, 1965, pp.72-73).

As frotas italianas auxiliavam os francos no transporte posterior de tropas e víveres, além de dinheiro e informações sobre o Oriente e o Islã, tornando-se assim indispensáveis aos cruzados. A ajuda prestada pelos mercadores italianos foi responsável pela concessão de privilégios territoriais e fiscais outorgados por reis e príncipes. Dessa maneira, os francos conseguiram apoderar-se dos portos do Oriente graças ao auxílio das repúblicas italianas. Nesses portos surgiram os bairros comerciais com o seu entreposto e armazéns de venda, “conhecidos por *fondaco*, com jurisdição consular própria e imunidades administrativas e fiscais que acabaram por fazer deles verdadeiras comunas autônomas... administradas por um funcionário da mãe pátria, com o título de visconde, de bailio ou de cônsul” (GROUSSET, 1965, p.73).

Os privilégios não eram concedidos a Gênova, Piza ou Veneza, mas sim a famílias senhoriais e a igrejas daquelas cidades. Como exemplos têm-se as famílias de possuidores de bairros genoveses em Laodiceia e Antioquia, que gozavam de autonomia em relação à comuna da Itália (HEERS, 1974, pp.170-171; GROUSSET, 1965, pp.72-73).

As feitorias constituíam às vezes um bairro fechado com muros ou correntes para defender-se de ataques externos. No seu interior encontravam-se: a igreja, o palácio comunal, o centro administrativo e judiciário, a *loggia*, o local dos negócios dos mercadores, a torre com os sinos e o posto de guarda. Havia também os entrepostos ou caravancerais, edifícios ao redor do pátio para as mais diferentes necessidades. Enfim, a feitoria italiana “dominava toda a vida econômica do centro citadino: grandes e pequenos negócios, tráficos de caravanas e navios, câmbio de moedas, artesanato de luxo” (HEERS, 1974, p.171).

Eram essas feitorias que abasteciam a Europa dos produtos asiáticos: açúcar de cana, brocados, tecidos de seda, produtos exóticos, tecidos de algodão e musselinas

da Mesopotâmia e Irã, tapetes da Ásia Central, especiarias e pedrarias da Índia, sedas do Extremo Oriente, mercadorias procedentes de Tauris, Bássora ou Aden, remédios, pau-brasil proveniente das Índias para tingir panos, cochonilha ou o alume, damascos, arroz, laranjas, figos, passas e outros.

Foram as especiarias que desde o início ocuparam o primeiro lugar nesse comércio, no entanto, após o cruzadismo houve a facilidade do transporte, e assim o Ocidente conheceu novos produtos, particularmente matérias-primas, como o algodão. Nesse período, os mercadores italianos introduziram na Europa termos árabes, que se firmaram no vocabulário das línguas modernas através do italiano (GROUSSET, 1965, p.73; PIRENNE, 1968, pp.150-151).

A queda do Reino Armênio da Cilícia (1375) foi o motivo da imigração de grande número de armênios para a Itália, via Chipre, constituindo uma comunidade de 30.000 pessoas, em sua maioria artesãos e mercadores. Contudo, desde o século XIII já havia naquele país mercadores armênios e italianos que negociavam no mar Negro, facilitando o intercâmbio no local.

Os armênios construíram suas igrejas, centros de “armenidade”, tradição que se mantém até os dias atuais, espalhando-se principalmente por Veneza, Gênova e Pisa. Comunidades armênias na França existiam desde o século VII.

O comércio não foi apenas o incentivador do aumento da frota, pois os cruzados foram responsáveis pela construção de navios que os transportassem, juntamente com seus cavalos e provisões; e os peregrinos precisavam de navios especiais. Portanto, o caminho marítimo, sendo mais rápido e mais seguro, passou a ser usado pelos europeus (THOMAZI, 1947, pp.34-35).

Os mercadores italianos, com suas embarcações, tornaram-se imprescindíveis à sobrevivência dos Estados cristãos do Oriente. Todavia, pelos porões de seus navios chegavam os terríveis ratos aos portos europeus do Mediterrâneo. Espalhavam-se pela Europa hospedando as pulgas, e se adaptavam a todos os climas; invadiam casas, prisões, multiplicavam-se assustadoramente, e por isto surgiram os *caçadores de ratos*. Os ratos passaram a “zombar” dos seus caçadores e das orações dos fiéis, e seu número só diminuiu quando surgiram ratos maiores, as ratazanas, causadoras da raiva, da peste e da leptospirose. No entanto, alastraram-se pelo mundo, causando grandes destruições e não poupando os gêneros alimentícios. Nas palavras de Colnat, apud Lopes, “foram verdadeiros vingadores das Cruzadas e também, pela sua voracidade e pelo despovoamento resultante das doenças por eles transmitidas”... (COLNAT, 1937, apud LOPES, 1970, pp.191-192).

As relações comerciais entre a Europa Ocidental, o reino armênio da Cilícia e os Estados francos do Oriente LINCOLN JÚNIOR, Etchebéhère Júnior; LEPINSKI, Thiago Pereira de Sousa; Ambrogi, Ingrid Hotte

A importância econômica da Cilícia foi considerável nesse contexto, sendo o seu porto de Aias ou Lajazzo um dos principais exportadores do comércio asiático. Aias, situado no golfo de Alexandreta, tornou-se um centro de comércio entre o Oriente e o Ocidente. Foi de Aias³ que partiu Marco Polo em sua viagem à China, e mercadores armênios e italianos seguiram em sua direção.

Os mercadores armênios fundaram estabelecimentos na China e em outras regiões, bem como igrejas armênias. Têm-se notícias de que no início do século XIV eles estavam a construir uma igreja em Cambaluc (1318), capital do grande Khan. Mercadores de outras nacionalidades também aventuravam-se nessas rotas, particularmente os italianos⁴.

Aias exportava: especiarias, seda, algodão, uvas-passas, madeiras, ferro, vinho, pérolas, almofadas, cavalos, bois, ovelhas, aves domésticas, afóra outros produtos orientais. Uma fonte de lucro era a venda de escravos, mas proibía-se vender escravos cristãos a muçulmanos ou a pessoas que seriam intermediárias em vendê-los a muçulmanos. Os mercadores genoveses, venezianos e pisanos assinaram tratados com os soberanos armênios, garantindo vantagens nessas relações.

Os portos de Tarso, Adana e Manistra (ligados ao mar por rios navegáveis) tornaram-se locais onde abundavam mercadores estrangeiros, genoveses, venezianos, pisanos, florentinos, sicilianos, catalães e os oriundos de Montpellier e Marselha, predominando os italianos, cuja língua tornou-se o segundo idioma dos mercadores. Nos portos cilicianos surgiram também os *fondacos*, isto é, feitorias semelhantes às existentes nos Estados francos ou latinos.

A importância de Aias aumentou com a queda de Antioquia (1268) e de São João de Acre (1291), reconquistadas pelos muçulmanos, pois tornou-se o único mercado cristão no continente. Era em Aias que as frotas italianas abasteciam-se dos produtos orientais. Sua prosperidade ofuscava Alexandria do Egito, prejudicando a economia dos mamelucos do Egito. A destruição dos Reinos da Cilícia (1375) e de Jerusalém (1291), com a queda de Aias e São João de Acre não foi apenas a vitória islâmica contra os cristãos, mas a volta do monopólio do comércio continental para Alexandria, e consequentemente o retorno do seu enriquecimento (GROUSSET, 1965, p.91; BOURNOUTIAN, 2003, p.105; NERSESSIAN, 1973, pp.71-73).

³ Aias, atual Paías, no golfo de Alexandreta, território da atual Turquia, antigo Reino da Cilícia, na época vassalo dos mongóis. Era a única saída possível para o Mediterrâneo em território dominado pelos mongóis, pois os muçulmanos dominavam as costas da Síria (POLO, 1985, p.46).

⁴ Em Quilon, na Índia, existia a igreja latina de São Jorge, *ecclesia S. Georgi latinorum*, provavelmente construída por mercadores venezianos (MACKENZIE, Christianity in Travancore. Trivandrum, 1900, p.9, in: PLACID, T.O.C.D. Des Syrien du Malabar, *L'Orient Syrien*, n. 56. Paris I, 1956, p.389).

O desaparecimento do Reino Armênio da Cilícia ocasionou o crescimento da diáspora armênia na Europa Ocidental. Na Itália, ela instalou-se a partir do século XIII, visto que mercadores armênios e italianos mantinham atividades comerciais desde o mar Negro, e Gênova⁵, Veneza, Pisa, Mântua, Roma, Ancona, Lugano possuíam comunidades armênias.

Na França, no século IX, armênios paulicianos, via Damácia e Itália, tiveram provavelmente alguma influência no movimento albigense. No século XIII, mercadores franceses comerciaram com a Cilícia e mercadores armênios atingiram Marselha, Narbona e Nîmes, e além deles eram encontrados artesãos e construtores. Nos Países Baixos, mercadores flamengos e holandeses chegaram à Cilícia e os mercadores armênios concentraram-se em Bruges, e nesta cidade construíram um hospício armênio.

Em Amsterdã imprimiu-se a primeira Bíblia armênia e outros livros, surgindo assim a imprensa armênia, e no século XVIII edificaram sua igreja em Amsterdã. No século XIX havia comunidades armênias na península Itálica, Países Baixos, Império austro-húngaro, Estados alemães, Grécia, Império otomano, Bulgária e Romênia (BOURNOUTIAN, 2003, pp.264, 266-270).

No Oriente, as comunidades armênias surgiram no Egito⁶, Etiópia⁷, Irã ou Pérsia, Síria, Mesopotâmia, Líbano, Chipre, Crimeia, Índia e China, onde construíram igrejas, sendo que a de Cantão surgiu em 1307, e a Bíblia foi vertida para o chinês (BOURNOUTIAN, 2003, p.235; NERSESSIAN, 1973, p.72). Nestas comunidades a “armenidade” continuou, apesar de períodos adversos à coletividade cristã-armênia.

⁵ Em Gênova existe a igreja de São Bartolomeu dos Armênios.

⁶ O último rei da Cilícia, Levon ou Leão VI, foi aprisionado pelo sultão Melik Ashraf e levado para o Cairo. Foi libertado da prisão em virtude da doação diária de sessenta moedas de prata, pagas por mercadores armênios do Cairo. Entretanto, não poderia deixar a cidade, pois os mamelucos temiam que o soberano pudesse organizar uma Cruzada. Várias tentativas infrutíferas foram feitas para libertá-lo definitivamente, o que aconteceu após sete anos, graças ao rei João I de Castela (1382). O rei Leão VI fixou-se em Paris e faleceu em 1393. Seus restos mortais encontram-se no Panteón dos Reis Franceses (ARTZROUNI, pp.165-166; GROUSSET, p.90; BOURNOUTIAN, *Historia Sucinta del Pueblo Armenio*, p.108).

⁷ O armênio Mateus foi embaixador da Etiópia junto ao rei de Portugal no século XVI. Portugal desejava unir-se ao Império etíope e formar uma frente anti-islâmica no Oriente (BOURNOUTIAN, 2003, p.240).

Considerações finais

A Síria franca foi uma colônia de povoamento – eram francos os senhores, a cavalaria e a burguesia, mas a população rural era formada de cristãos orientais e muçulmanos. Na opinião do cronista Foucher de Chartres (1215), o italiano e o francês tornaram-se orientais, e os naturais de Reims ou Chartres tornaram-se cidadãos de Antioquia. Para os europeus, o Oriente era a sua nova pátria, pois atendia aos seus anseios. Conviviam em harmonia com os cristãos orientais, e os casamentos com mulheres armênias eram costumeiros. Os lavradores muçulmanos “viviam felizes e prósperos sob o domínio franco”, segundo o viajante árabe Ibn Djobair (1183).

A convivência religiosa também era harmônica, haja vista que um mesmo edifício dividia-se em igreja e mesquita. O relacionamento entre barões francos e emires muçulmanos era cavalheiresco. As relações comerciais aumentaram e os mercadores italianos, devido ao apoio a francos e armênios, conseguiram imensas vantagens, e as suas divergências no Oriente eram o resultado de divergências anteriores, em razão da rivalidade comercial.

A Europa recebia com abundância, por intermédio desses mercadores, os produtos asiáticos, inclusive a cana-de-açúcar produzida nas plantações da costa libanesa e da Síria.

As artes fizeram-se presentes: os estilos do Languedoc e da Provença apareceram, bem como o gótico, sobretudo nas igrejas. A literatura foi divulgada, com Foucher de Chartres, Gautier, Chanceler, Guilherme de Tiro, Bernardo, o Tesoureiro, Felipe de Novara; e também os poemas *Canção de Antioquia*, *Canção dos Francos*. Grousset entende que: “A sociedade descrita por esses cronistas e esses poetas parece-nos, sobretudo no século XIII, singularmente brilhante e civilizada. Seu ideal de ‘probidade’ encarna-se na pessoa de João de Ibelino, ‘o Velho Senhor de Beirute’” (GROUSSET, 1965, pp.74-75).

Os Estados francos, durante sua existência (1098-1291), constituíram uma civilização latina no Oriente com predominância da influência francesa – colônia em que houve uma oposição, a partir da Segunda Cruzada (1146), entre os *potros* e os novos cruzados. Os francos, além da aliança com os armênios, buscavam encontrar o preste João das Índias, poderoso monarca cristão do Oriente, que os auxiliaria em sua luta e na permanência dos seus Estados.

A queda de Edessa (1144) e a ameaça à Antioquia resultaram no envio de mensageiros em busca de auxílio na Europa, e entre eles estava o bispo Hugo de Jabala

ou Gebal, da Síria, que relatou ao papa Eugênio III o poderio do preste João e suas vitórias sobre os muçulmanos, e que seria de grande auxílio aos cruzados. Uma carta apócrifa do preste João, muito bem redigida, surgiu em 1165 na Europa, e nela estava demonstrado o grande poder desse monarca cristão. Tal carta mostrava o poderio e a riqueza dos seus domínios. O papa Alexandre III (1177) respondeu-lhe, mas é incerto o destino dessa resposta.

A influência do papa Alexandre III não se restringiu apenas em socorrer os Estados cristãos e aguçar riquezas entre os europeus, porquanto teve grande importância na expansão ultramarina portuguesa.

Portugal enviou emissários ao Oriente em busca do preste João das Índias para organizar uma cruzada geral contra os infiéis, e com as informações obtidas no Oriente foi possível Vasco da Gama atingir as Índias em 1498 (WATKINS, 2004, pp.63-64; MAURÍCIO, 1960, pp.222-223, 7, 237, 240-241)⁸.

O Reino da Cilícia e os francos permaneceram unidos porque havia uma dependência mútua entre esses Estados, exceto no campo teológico, apesar das tentativas de união entre as Igrejas. O afrancesamento marcou a vida cultural armênia, mormente nas instituições, onde os atos oficiais eram redigidos simultaneamente em armênio e em latim ou francês; e a cavalaria franca foi modelo para os nobres armênios.

O desaparecimento dos Estados cristãos no Oriente não conseguiu aniquilar a “armenidade”, que subsistiu malgrado o advento dos períodos difíceis surgidos com os novos dominadores; e a memória dos francos se manteve não apenas na arte e na literatura da região mediterrânea, suas qualidades bélicas estenderam-se pela Ásia. *Franks* tornou-se sinônimo de europeu ocidental e deste modo foram recebidos os portugueses ao chegarem à Índia, comandados por Vasco da Gama (1498)⁹.

⁸ O Preste João das Índias foi identificado posteriormente pelo *Negus*, imperador da Etiópia. O Cristianismo, segundo a tradição da Igreja Copta Etíope, foi introduzido pelo eunuco da rainha de Sabá, após seu batismo pelo apóstolo São Felipe.

⁹ *The country of these Franks is called Portukal, one of the countries of the Franks, and their King is called Emmanuel* (SCHURHAMMER, *Three Letters of Mar Jacob*, edited by Fr. Placid, pp.4-8, apud GEORGE, 1964, p.82).

As relações comerciais entre a Europa Ocidental, o reino armênio da Cilícia e os Estados francos do Oriente
LINCOLN JÚNIOR, Etchebéhère Júnior; LEPINSKI, Thiago Pereira de Sousa; Ambrogi, Ingrid Hotte

Referências

ARTZROUNI, Ashot. *História do Povo Armênio*. Comunidade da Igreja Católica Apostólica Armênia do Brasil, 1976.

BOURNOUTIAN, George A. *Historia Sucinta del Pueblo Armenio*. Buenos Aires: Unión General Armenia de Beneficencia, 2003.

DIEHL, Charles. *Os grandes problemas da História Bizantina*. São Paulo: Ed. das Américas, 1961.

GEORGE, V.C. *Apostolate and Martyrdom of St. Thomas*. Ernakulam: Mar Louis Memorial, 1964.

GROUSSET, René. *As Cruzadas*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

HEERS, Jacques. *História Medieval*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

INSTITUTO GEOGRAFICO DE AGOSTINI. *Le religioni nel mondo*. Novara, 2006.

LÉVÊQUE, Pierre. *O Mundo Helenístico*. Lisboa: Ed.70, 1987.

LOPES, Octacílio de Carvalho. *A Medicina no Tempo*. São Paulo: Melhoramentos; Universidade de São Paulo, 1970.

MAURÍCIO, Domingos. A “Carta do Preste João” das Índias e seu reflexo nos descobrimentos do infante D. Henrique. *In Broteria*, vol. LXXI, Lisboa, 1960.

NERSESSIAN, Sirarpie Der. *Os Armênios*. Lisboa: Verbo, 1973.

PIRENNE, Henri. *História Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

POLO, Marco. *O Livro das Maravilhas*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

POUJADE, Jean. *La route des Indes et ses navires*. Paris: Payot, 1946.

RUNCIMAN, Steve. *A Civilização Bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SAPSEZIAN, Aharon. *História da Armênia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOLINI, Caius Julius. *Polyhistor*. Paris: C.L.F. Pankoucke, 1847.

THOMAZI, A. *Histoire de la Navigation*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.

TOUSSAINT, Auguste. *Histoire de l'océan Indien*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

WATKINS, Ronald J. *Por mares nunca dantes navegados*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.